

Gestão e mediações nas rádios comunitárias: um diagnóstico do Estado de Santa Catarina

Maria Terezinha da Silva

Resumo

Este trabalho apresenta o panorama atual do radialismo comunitário no Estado de Santa Catarina. O diagnóstico tem como objetivo principal identificar *se e como* essas emissoras têm sido experiências locais de aprendizado para o exercício da cidadania. Foi realizado um censo das emissoras de baixa potência em funcionamento em Santa Catarina no ano de 2003. A partir daí foi selecionada uma amostra com seis casos de emissoras, que fizeram parte da pesquisa qualitativa.

Palavras-chave: rádio comunitária; gestão em rádio; educação cidadã.

Resumen

Este trabajo presenta el panorama actual del radialismo comunitario en el Estado de Santa Catarina. El diagnóstico tiene como objetivo-guía identificar *si y como* las emisoras locales se han constituido en experiencias de aprendizaje para el ejercicio de la ciudadanía. Para tal propósito se realizó un censo de las emisoras de baja potencia que estaban al aire en el año 2003. A partir del universo censitario, fue construida una muestra con seis emisoras-caso, la cual permitió el levantamiento de informaciones cualitativas.

Palabras-clave: radio comunitaria, gestión en radio, educación ciudadana.

* Jornalista, mestre em Educação (UFSC), doutoranda em Comunicação na Universidade Paris y França. E-mail: terezinhasilva@yahoo.com

Abstract

This research aims at to trace a scene of the current development state of communitarian radios in the State of Santa Catarina, as well as identifying *if* and *as* these stations have been local experiences of learning for the exercise of the citizenship. A census of low power stations functioning in Santa Catarina in the year of 2003 was carried through. A sample with six cases of stations that had been part of the qualitative research was selected there.

Keywords: communitarian radio; management in radio; citizenship education

Apresentação

Este artigo apresenta as principais análises e conclusões de uma pesquisa de mestrado, concluída em março de 2005, sob o título *Gestão e Mediações nas Rádios Comunitárias de Santa Catarina: limites e possibilidades educativas*¹. A pesquisa teve o objetivo de traçar um panorama do estado atual (2003-2004) de desenvolvimento das rádios comunitárias em Santa Catarina e de identificar *se* e *como* têm sido as experiências locais de aprendizado para o exercício da cidadania. A proliferação dessas emissoras no Brasil, no final dos anos 1990, em um contexto de intensificação do processo de globalização econômica e mundialização da cultura, está relacionada às lutas pela democratização da comunicação e às novas condições em que se dão as lutas por direitos e cidadania, cada vez mais mediadas pela comunicação de massa. Além disso, diversas experiências desenvolvidas nestas áreas nos últimos anos vêm confirmar a cada vez mais forte e importante inter-relação entre comunicação e educação, que alguns pesquisadores da atualidade chegam a classificar como o surgimento de um novo campo de estudos, de práticas e ações políticas (BELLONI, 2003; SOARES, 1995).

Neste cenário, torna-se fundamental estudar, compreender e se apropriar criativamente das novas possibilidades que a democratização da técnica traz tanto para a comunicação quanto para a educação.

¹ A pesquisa de Mestrado foi realizada na Universidade Federal de Santa Catarina, entre março de 2003 e março de 2005, no curso de pós-graduação em Educação, linha de pesquisa Educação e Comunicação.

O rádio é um dos principais meios de comunicação de massa, inclusive no Brasil, mas é o menos estudado (MEDITSCH, 2002). Essa constatação não é diferente quando se trata do uso dessa tecnologia em projetos relacionados à educação entre os setores populares. Se compararmos a trajetória da utilização do rádio em experiências desenvolvidas pelos setores populares com as reflexões sobre esta modalidade de comunicação, percebemos que os estudos aparecem, em maior quantidade, depois de 1998, ano da aprovação da Lei de Radiodifusão Comunitária no Brasil e da disseminação de práticas comunitárias envolvendo o rádio. Ainda assim, parece haver um déficit de inovação analítica que nos permite ir além das constatações sobre o potencial das rádios comunitárias para a democratização da comunicação, a construção de cidadania, o desenvolvimento local etc.

Entendemos a comunicação como um processo social que envolve uma relação entre dois ou mais sujeitos, mediada por tecnologias que operam em uma lógica de produção industrial e econômica, em contextos sócio-culturais diferenciados, e que produz uma mercadoria *sui generis* denominada cultura. Mas a comunicação não se limita aos meios e tecnologias. Como processo relacional, a comunicação envolve também as mediações e as formas como os sujeitos se apropriam desses meios. Deste modo, assumimos que os processos comunicativos acontecem em contextos culturais atravessados por conflitos. A partir desta perspectiva, as rádios comunitárias são lugares de mediação, por onde circulam significados e onde se operam resistências sociais. Essas rádios têm potencial para desenvolver um papel mediador na construção de novas formas de participação social.

Já a educação é entendida como uma prática social permanente de formação dos indivíduos, cujo potencial de emancipação pode estar presente no espaço da escola ou das práticas desenvolvidas por movimentos populares e outras organizações da sociedade civil. As rádios comunitárias podem, portanto, desenvolver *práticas educativas*, seja dentro ou fora da instituição educacional. Desta forma, não colocamos em separação as experiências formativas pelo rádio, com sua ênfase na organização e participação política – que

é o enfoque de nossa pesquisa -, e as experiências de rádio nas escolas, com todo seu potencial para desencadear novas metodologias cognitivas.

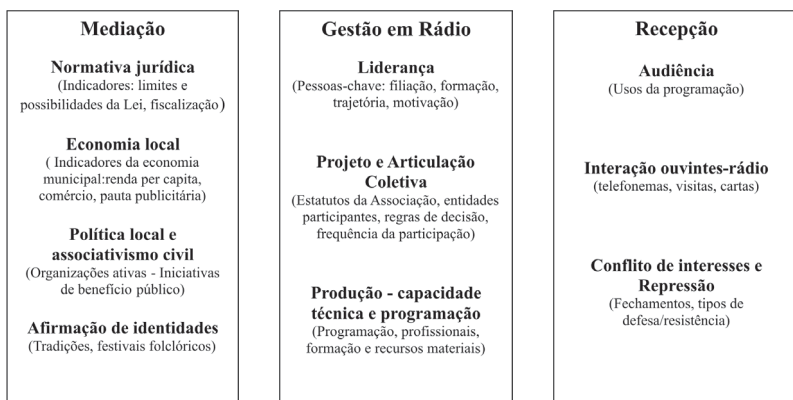
Além de traçar um panorama sobre o atual estado do radialismo comunitário em Santa Catarina, tratamos de identificar neste trabalho quais são as condições sócio-culturais mais propícias para o desenvolvimento desse tipo de rádio e que aprendizagens acontecem nessas experiências. Assim, optamos por basear a pesquisa em um modelo teórico - o das mediações - que permite ir além da análise sobre as emissoras comunitárias, porque entendemos que elas não estão abstraídas dos contextos onde se localizam: seus atos comunicativos sempre estão inseridos em mediações. Acreditamos, portanto, que a análise das mediações é a melhor contribuição para responder nossa pergunta de partida sobre o papel educativo das rádios comunitárias.

Buscamos em Martín-Barbero (1997) a inspiração para a construção de nosso modelo teórico de análise sobre as *mediações do processo de gestão* de uma rádio comunitária. Denominamos mediações os fatores contextuais que condicionam - freiam ou estimulam - a gestação e a produção das rádios comunitárias. Destacamos quatro mediações específicas, identificadas na primeira etapa da pesquisa e analisadas em cada uma das seis rádios da amostra: a *normativa jurídica*, a *economia local*, a *política* e o *associativismo civil*, e as *afirmações identitárias*.

Entendemos que a produção de um meio de comunicação como a rádio comunitária está inserida no *processo de gestão*, ou seja, no conjunto de processos decisórios que possibilitam a existência da emissora e que definem o tipo de apropriação que dela faz a comunidade. O processo de gestão contém dimensões como a *liderança* de uma ou algumas pessoas, o *projeto* e a *articulação coletiva* da rádio, e a *produção* - também analisadas nas seis rádios da amostra².

² Por limitações de tempo e de recursos, situamos nossa pesquisa no âmbito da produção/emissão (gestão) e não incluímos estudos de recepção. Buscamos verificar não o que as pessoas fazem com as emissões da rádio comunitária, mas o que fazem para que exista a emissão da rádio.

Modelo de Análise: Mediações da gestão em rádio comunitária (Santa Catarina – Brasil)



Duas hipóteses guiaram a investigação. A primeira afirma que no atual estado de desenvolvimento dessas emissoras – com experiências relativamente recentes e obstáculos de ordem política, normativa, organizativa, econômica etc –, o aprendizado para a cidadania acontece mais pelo processo de gestão da rádio do que propriamente pelos conteúdos da programação. A segunda sustenta que a gestão de uma rádio comunitária é uma iniciativa de concorrência com emissoras comerciais e, neste sentido, é freada pela normativa jurídica vigente, mas estimulada pelas demandas da economia e da vida política locais e de afirmações identitárias.

Levantamento quantitativo por municípios e seleção da amostra

Para fazer a análise, dividimos a pesquisa em dois momentos. No primeiro, feito ao longo do segundo semestre de 2003, realizamos um mapeamento, até então inexistente, nos 293 municípios de Santa Catarina, de todas as emissoras de baixa potência em funcionamento naquele período, em um total de 120. As informações coletadas nesta primeira etapa da pesquisa empírica, por meio de entrevistas por telefone, foram sintetizadas e organizadas dentro das seguintes variáveis: gestão; produção; recepção; articulação e tecnologia.

Com esse mapeamento geral das rádios, pudemos iniciar o segundo momento para a seleção da amostra. Começamos a triagem estabelecendo como primeiro critério a *antiguidade* da rádio. Selecionamos 43 emissoras que, em dezembro de 2003, estavam no ar há mais de dois anos, tempo que consideramos um bom indicativo de que a emissora adquiriu relativa estabilidade e maior grau de maturação do projeto.

Além do critério *temporal*, o Plano de Amostragem incluiu critério *espacial* (representação das seis regiões do Estado); a distinção de duas categorias de rádio (*comunitária* e *mista*); elementos de contraste (escolha da rádio *comunitária* mais antiga entre as 22 *comunitárias* e escolha aleatória de uma das 13 classificadas como *mistas*); rádios *com* e *sem* autorização; e escolha aleatória das quatro regiões restantes. Fizeram parte da amostra as rádios *Luz e Vida* – do município de Itajaí (região do Vale), classificada como *mista*; e cinco *comunitárias*: *rádio Nascente do Vale*, do município de Alfredo Wagner (região da Grande Florianópolis); a *Estúdio 105*, de Campo Belo do Sul (Região Serrana); a *Pedra Branca*, de Coronel Martins (Região Oeste); a *Pró-Guaramirim*, de Guaramirim (Região Norte); e a rádio *Sambaqui*, do município de Jaguaruna (Região Sul).

As informações sobre as emissoras no ar há mais de dois anos nos permitiram também agrupar as rádios em quatro categorias: comunitárias (22), mistas (13), particulares (6) e confessionais (2). A classificação considerou, fundamentalmente, a *participação da comunidade* na gestão da emissora e/ou na produção de conteúdos e a *articulação* da rádio com outras organizações.

As emissoras que consideramos *comunitárias* são aquelas que, em geral, conseguem um maior nível de participação e/ou articulação e possuem espaços coletivos de decisão. Nem sempre conseguem reunir, ao mesmo tempo, a *participação* na programação e/ou na gestão (às vezes, só em uma ou outra) e a capacidade de *articulação* com outras entidades. Mas o levantamento mostra que essas emissoras têm alguma base social. Surgiram por iniciativa de um grupo de pessoas e/ou entidades vinculadas a movimentos populares, parte delas articuladas com a igreja católica ou suas pastorais.

Nas rádios classificadas como *mistas*, o nível de envolvimento da comunidade é menor e geralmente a gestão é centralizada em uma ou poucas pessoas. São aquelas emissoras que surgiram de um projeto individual (de uma pessoa ou grupo restrito), mas possuem alguma abertura à participação comunitária, e aquelas que fizeram o movimento contrário: surgiram com pretensão de conseguir a participação da comunidade e de suas entidades, mas alcançaram esse envolvimento somente no início da experiência. Em geral, essa participação ocorre mais por meio do uso de algum espaço da programação do que na gestão da rádio, normalmente centralizada em uma ou poucas pessoas. Essa é a principal diferença entre a categoria das *mistas* e a das *comunitárias* propriamente ditas, pois estas últimas possuem, em maior ou menor grau, gestão e rotina de decisão coletivas sobre a emissora.

As rádios *particulares* são aquelas que surgiram de uma iniciativa individual, de um grupo restrito de pessoas ou de uma entidade sem base social. Em geral, apareceram motivadas por interesses comerciais ou políticos, ou seja, a rádio é instrumento para abrir ou ampliar negócios e influências. Quando procuradas até abrem espaços para a comunidade ou entidades, mas apenas divulgam suas notícias. A gestão e a definição de conteúdos estão centralizadas em uma ou poucas pessoas.

Já as rádios classificadas como *confessionais* são aquelas cuja gestão é feita diretamente e apenas por uma igreja ou cujos conteúdos são predominantemente religiosos. Em geral, são dirigidas ou vinculadas a igrejas evangélicas. Algumas tentam incluir informações gerais e até abrem espaço ou buscam uma aproximação com a comunidade, mas o trabalho é predominantemente assistencial.

Tanto no grupo das *confessionais* quanto no das *particulares*, a existência de uma associação e até a presença de mais de uma entidade na sua composição é, em geral, uma mera formalidade, uma exigência da lei de radiodifusão comunitária. Em ambas não encontramos indícios de participação e de articulação com organizações civis locais e, por isso, decidimos excluí-las do plano de amostragem.

Chegamos então a uma amostra com seis casos de emissoras, uma em cada região de Santa Catarina, que fizeram parte da segun-

da etapa da pesquisa, a qualitativa. As informações coletadas nas seis emissoras da amostra foram sistematizadas e analisadas à luz de nossas hipóteses de interpretação e do modelo teórico escolhido. Na seqüência apresentamos as conclusões, com um diagnóstico qualitativo das rádios comunitárias em Santa Catarina e algumas respostas às perguntas de partida sobre o papel educativo desempenhado por essas emissoras.

Diagnóstico qualitativo do radialismo comunitário em Santa Catarina

A pesquisa nas seis rádios nos permitiu matizar o mapeamento inicial, feito em 2003, que havia mostrado que a grande maioria das emissoras de baixa potência reivindica o título de rádio comunitária, ainda quando não tenha participação comunitária nem na gestão nem na programação e/ou seja motivada por interesses particulares. As inferências seguintes, feitas a partir da amostra de seis emissoras, não obedecem a critérios estatísticos *in strictu sensu*, pois as informações da amostra não eram de natureza quantificável, mas se ajustam a critérios de validade *in lato sensu*: redução do viés de amostragem e amplitude da amostra.

A proliferação, por impulsos do PT e pastorais católicas

O diagnóstico do radialismo comunitário em Santa Catarina indica que houve uma proliferação de emissoras de baixa potência principalmente no período entre 1997 e 2002³. As *comunitárias* foram pioneiras, com algumas experiências já em 1996, mas a disseminação aconteceu especialmente em 1997 e 1998. As *particulares*, *confessionais* e muitas das *mistas* são, em geral, posteriores a esse período e beneficiaram-se dessa abertura de espaço conquistado pelas *comunitárias*.

³ No Brasil, em geral, foi este o período em que houve a proliferação das emissoras de baixa potência, denominadas “comunitárias” pela Lei e o Decreto que regulamentaram este tipo de rádio no Brasil (Lei nº 6.912, de 19/02/98, e Decreto nº 2.615, de 03/06/98). Mas desde os anos 70 houve experiências deste tipo de emissoras no país, geralmente denominadas “rádios livres”.

A análise das emissoras *comunitárias* de nossa pesquisa qualitativa indica que esse tipo de rádio nasceu da ação de militantes e/ou organizações populares ligados, predominantemente, a pastorais da Igreja Católica e/ou a partidos de centro-esquerda, sobretudo o PT (Partido dos Trabalhadores), interessados em multiplicar informação, realizar formação e conscientização política, e em fortalecer organizações locais para disputar hegemonia no município. Portanto, sua gênese está ligada a lutas políticas e à disputa do poder local, o que as leva a enfrentar obstáculos também políticos, materializados sobretudo na forma de denúncias aos órgãos de fiscalização, no caso das que ainda não possuem a autorização do Ministério das Comunicações para funcionamento: quase 65% das que estavam no ar em 2003.

O surgimento das rádios comunitárias fez parte de um movimento nacional que pressionava pelo direito à comunicação e pela democratização dos meios de comunicação e que cobrava do Estado o reconhecimento legal das experiências comunitárias em rádio. Buscavam garantir o acesso dos movimentos populares, organizações e instituições da sociedade civil local a um meio de comunicação relativamente barato, através do qual pudessem multiplicar o trabalho de conscientização política, a luta por direitos, cidadania e a construção de contra-hegemonia a partir do espaço local.

O ano da aprovação da Lei de Radiodifusão Comunitária do Brasil – 1998 – foi também um ano de intensa repressão às emissoras que haviam entrado no ar. Em geral, a ação repressiva demonstra eficácia em seus objetivos já que vários casos de emissoras fechadas e com equipamentos apreendidos naquele período não conseguiram ou optaram por não voltar a entrar no ar antes de conseguir a autorização do Ministério das Comunicações, o que começou a acontecer somente a partir de meados de 2001 – três anos após a publicação da lei e do decreto que a regulamentou. Esse fator e as dificuldades de organização arrefeceram e dispersaram o movimento de rádios, que até hoje tem tido dificuldades para se reorganizar, da mesma forma que ocorre no restante do Brasil.

As rádios *comunitárias* consolidaram-se, na maioria dos casos, em municípios pequenos, com menos de 25 mil habitantes – onde

inexiste veículo de comunicação ou sequer meios básicos de comunicação como o telefone. Mas são municípios onde há atuação de pelo menos alguns movimentos sociais ou políticos, sejam pastorais, sindicatos de trabalhadores e/ou associações de moradores ativas. Em geral, possuem um processo de gestão com espaços coletivos de decisão, em maior ou menor grau. Parece haver uma tendência a uma maior mobilização coletiva em torno daquelas nas quais os gestores concebem a participação como algo que precisa de permanente motivação, enquanto em outras predomina a idéia de que a participação deveria ocorrer espontaneamente – o que aproxima estas últimas das emissoras classificadas como *mistas*, que dizem estar abertas à participação, mas não a estimulam.

É provável que as emissoras classificadas em nossa primeira tipologia como *mistas* – um tipo intermediário entre as *comunitárias* e as *particulares* – sejam, na realidade, uma estratégia individual de disputa e ocupação de espaço no *dial* a partir de brechas na normativa jurídica da radiodifusão comunitária, ou seja, a possibilidade de controlar um meio de comunicação no município, com um custo bem inferior ao representado por uma rádio comercial. Mesmo assim consideramos oportuno manter a categoria de rádios *mistas*, pois há indícios de que algumas dessas emissoras tenham surgido como uma iniciativa mais coletiva, que, aos poucos, foi reduzindo ou desaparecendo por mudanças entre os gestores ou pela própria dinâmica e fragilidade do associativismo civil local.

Por outro lado, também há indícios de que mesmo emissoras classificadas como *comunitárias* experimentaram ou experimentam esse declínio na participação social ou na capacidade de articulação com outras organizações locais – com repercussões também na programação – por conta de mudanças no processo de gestão, o que é relativamente comum em se tratando de trabalho majoritariamente voluntário. Esse *movimento* de altos e baixos pelo qual passam muitos desses projetos indica quão condicionados estão por seus contextos: desde a dinâmica do associativismo local até a mudança no perfil das lideranças que estão à frente da gestão e da programação. O anterior serve para pensar que mais do que um estado previamente definido e estático, uma rádio comunitária é uma experiência dinâmica, atra-

vessada por conflitos, dilemas e ambiguidades, fortemente influenciada pelo perfil de seus participantes e pelas características da vida política, econômica e cultural do município.

As iniciativas de caráter particular

Com a abertura de espaços pelo movimento de rádios comunitárias, começaram a entrar no ar também, a partir de 1999, mais uma série de rádios, não apenas *comunitárias*, mas outras de caráter *particular* (de cunho comercial ou político) e *confessional*. Em geral, essas rádios de caráter *particular* surgiram após o aparecimento de outras emissoras comunitárias naquele município ou em vizinhos. É difícil precisar quem as lidera, já que não estavam incluídas em nossa amostra. Mas o mapeamento inicial indica uma diversidade de perfis dos líderes: igrejas, especialmente as evangélicas; políticos; empresários locais, profissionais liberais, voluntários de entidades com viés mais assistencial; e indivíduos com trajetória em trabalhos relacionados à eletrônica e à comunicação (jornais dos municípios, radialistas, assessorias de prefeituras e/ou Câmaras Municipais) ou à música e promoção de eventos (shows, danceterias etc).

As informações indicam que essas emissoras *particulares* estão situadas em municípios grandes – onde elas se tornam uma forma barata de concorrência, ainda que restrita, com as emissoras comerciais, por prestígio, ampliação de negócios, e influência política na audiência – ou em municípios pequenos onde o associativismo civil é frágil ou praticamente inexistente.

Tudo indica que essas duas últimas categorias de emissoras de baixa potência, sobretudo as *particulares*, foram mais eficientes e ágeis que as *comunitárias* na conquista da autorização junto ao Ministério das Comunicações: das 43 que no final de 2003 já estavam no ar há mais de dois anos, 24 tinham autorização para funcionamento, das quais somente nove podem ser classificadas como *comunitárias*.

Diversificação de conteúdos como principal desafio

Nas emissoras classificadas como *mistas*, *particulares* e *confessionais* praticamente inexistente diversidade de conteúdos e fontes,

e predomina a música. Nas *comunitárias*, a programação tem sido objeto de maior atenção, mas, ainda assim, a diversificação de conteúdos é um grande desafio, inclusive para muitas daquelas que já estão no ar há mais de três anos. A maioria ainda não conseguiu avançar para além de uma programação majoritariamente musical. Não conseguem fazer produção própria de notícias, em geral divulgadas apenas sob a forma de avisos de utilidade pública; as campanhas educativas são eventuais e os debates sobre problemas do município e demandas da cidadania são raros ou inexistentes. Os gestores apontam como principais limites a falta de recursos, de tempo e de formação dos programadores.

As emissoras que conseguiram diversificar a programação têm em comum a conjugação de fatores como uma gestão coletiva em torno da rádio, principalmente o acompanhamento e debates regulares sobre a programação; considerável número de voluntários na gestão e na programação, geralmente com uma trajetória pessoal de militância social e política; relativa formação técnica e/ou política dos programadores. Mas é possível dizer que, do universo de 120 rádios que estavam no ar em 2003, são uma minoria as que têm conseguido equilibrar a música e os avisos de utilidade pública, predominantes na maioria delas, com o debate público sobre os problemas do município e dos cidadãos. Na maioria das emissoras, portanto, ainda são grandes as limitações em termos da qualidade da informação que chega à audiência e da possibilidade de formação para a cidadania por meio de conteúdos divulgados.

A política como principal mediação e a relação rádio/poder público local

O mapeamento geral e a pesquisa qualitativa permitem dizer ainda que há uma tendência nas emissoras de baixa potência (*comunitárias, mistas, particulares* e possivelmente também as *confessionais*) a se relacionarem com o poder público local em uma lógica de concertação muito mais do que de oposição sistemática, especialmente nos municípios de pequeno e médio porte, onde a rádio é o único ou o principal veículo de comunicação, inclusive para o gover-

no municipal. Entre aquelas que em dezembro de 2003 estavam no ar há mais de dois anos, inclusive as seis da pesquisa qualitativa, não identificamos nenhuma que mencionasse uma relação de oposição, no sentido de controle social, ao poder público local.

A tendência à concertação é identificada inclusive nas *comunitárias*, mas é em algumas destas que se observa uma relativa independência – mas não oposição sistemática –, que as permite abordar temas polêmicos, cujo centro geralmente é o poder público. Isto é, conseguem manter uma relação de cooperação pontual e crítica com menor risco de cooptação. Pelo que verificamos na pesquisa qualitativa, é o controle social de uma gestão coletiva que tem sido o diferencial no tipo de relação que a rádio comunitária tem com o poder público, garantindo o debate de temas públicos com maior potencial de repercutir na opinião pública local e de contribuir na formação para a cidadania.

Assim, há rádios que, embora minoritárias no universo das atualmente existentes, são experiências coletivas de luta contra-hegemônica local. Fazem um contraponto às lógicas da espetacularização, privatização do debate público e super-valorização do presente que predominam nos grandes meios de comunicação. Conseguem criar espaços públicos e estimular a participação no debate sobre temas de interesse coletivo e têm sido o único espaço de recuperação e divulgação da história e da cultura locais.

Respostas às questões de partida

Encerramos a apresentação de nossos resultados de pesquisa com as respostas mais plausíveis às que foram as perguntas de partida. Nelas estão inseridos os elementos que, no nosso entendimento, vão na direção das duas hipóteses com as quais trabalhamos.

Que práticas educativas acontecem nas experiências de rádios comunitárias?

Os dados empíricos confirmam que, no atual estágio de desenvolvimento do radialismo comunitário em Santa Catarina (com

experiências cujo tempo médio não supera os três anos e para as quais inexistem projetos e políticas de orientação, formação etc.), *as rádios comunitárias têm sido espaço para aprendizagens, individuais e coletivas, mais pelo processo de gestão da emissora do que pelos conteúdos da programação.*

Trata-se de aprendizagens como o acesso à técnica do rádio, a elevação da auto-estima ou o reconhecimento social das pessoas que falam na rádio ou são por ela citadas, o aprendizado de uma profissão para os jovens, a consciência sobre a necessidade de negociação e diálogo para a convivência social e para a manutenção de um bem coletivo, a convivência ecumênica entre diversas igrejas etc. Trata-se, portanto, muito mais de um *aprendizado interno*, das pessoas que participam da gestão e/ou programação das emissoras, do que *aprendizado externo*, no sentido de divulgação de conteúdos com capacidade de gerar debate no município, incidir na opinião pública local, mobilizar as pessoas e formar para a cidadania.

Neste sentido, podemos dizer que o conflito entre profissionalização e participação comunitária (voluntariado, militância) na programação, que aparece em algumas rádios, pode estar relacionado aos limites e possibilidades educativas da rádio comunitária. A participação permite o *aprendizado interno*, mas possivelmente torne menos eficaz a comunicação e, portanto, a conquista de objetivos político-educativos na perspectiva da formação da cidadania. A rádio acaba existindo muito mais para seus participantes do que para o público em geral, isto é, a democratização do acesso à técnica e ao meio *per se* não garante um resultado imediato em termos da qualidade da programação que chega ao público, porque todo o processo envolve várias mediações. Assim, depois dos grandes esforços individuais e coletivos para a abertura das emissoras, a maioria delas tem dificuldades de alcançar objetivos ou projetos voltados a práticas educativas relacionadas aos conteúdos, cuja repercussão no público é mais ampla do que as práticas de gestão - ainda que mais difícil de medir.

Quais as condições sócio-culturais mais propícias para o desenvolvimento do radialismo comunitário no sentido da formação da cidadania?

Nossa pesquisa identificou, no entanto, algumas experiências que têm conseguido ser ou estimular espaços públicos de debate no município, o que nos leva a indagar sobre qual o momento e/ou as condições a partir das quais certas emissoras comunitárias conseguem ultrapassar a soleira dos avisos de utilidade pública. A pesquisa qualitativa mostra alguns fatores importantes: o tempo da experiência (em geral a partir dos três anos); emissoras situadas em municípios onde há algum grau de participação política de organizações e instituições da sociedade civil, mais ou menos aglutinadas em torno da gestão coletiva da rádio, com debate e acompanhamento permanente da programação; algum grau de profissionalização e/ou de formação política dos que fazem a programação (voluntários ou não), adultos ou jovens militantes de movimentos sociais; e relativa independência político-financeira do poder público local ou uma relação de cooperação crítica. De qualquer maneira, a afirmação de que conteúdos divulgados por essas rádios estão efetivamente repercutindo na opinião pública do município e contribuindo para a formação da cidadania dependeria de um estudo de recepção.

As informações levantadas nos levam a interpretar que a rádio é muito mais uma conseqüência do que uma causa da articulação política de movimentos sociais, sindicatos, igrejas, partidos políticos etc. A gênese da rádio comunitária está na capacidade de articulação política de grupos locais, que vêem na emissora um meio poderoso de fazer política, isto é, de ampliar sua influência e de construir *hegemonia*.

Assim, podemos dizer que as rádios comunitárias são espaços onde há troca simbólica, resistências sociais, manifestação de velhas e novas demandas por cidadania. Como já vimos, algumas delas têm conseguido desenvolver um papel mediador na construção de cidadania, isto é, têm desempenhado um papel educativo no sentido da conscientização da população a respeito da existência de

direitos. E o fazem quando se constituem em espaço de intercâmbio de informação, debate público e decisão sobre os interesses coletivos da população local; quando recuperam, valorizam e fazem circular a memória histórica e cultural dos habitantes do município; quando impulsionam novas alternativas econômicas e questionam as que degradam a vida; quando estimulam as lutas por direitos travadas pelos movimentos locais; enfim, quando multiplicam informações que questionam a dominação e procuram construir contra-hegemonia.

A análise das mediações que identificamos (normativa jurídica, economia local, política e associativismo civil, e afirmações identitárias) nas seis emissoras de nossa amostra também vai na direção de nossa segunda hipótese: a rádio comunitária é uma iniciativa de concorrência com rádios comerciais e, neste sentido, é obstaculizada pela normativa jurídica vigente, mas estimulada pela economia, política, associativismo civil e afirmações identitárias locais. No entanto, os dados empíricos acrescentam elementos que tornam mais complexa a hipótese de concorrência, estímulos e freios, e as relações entre alguns deles.

A concorrência se dá, sobretudo, no início do processo de implantação da emissora, quando ainda não há a autorização para funcionamento. Mais do que concorrência econômica, pela pauta publicitária, a rádio representa uma concorrência política, na medida em que é vista como importante instrumento de poder político, principalmente nos pequenos municípios, onde é o principal ou único meio de comunicação, com audiência de parte significativa da população. Como a gênese das rádios comunitárias está ligada à luta política – por interesses coletivos e reconhecimento de direitos ou por um projeto político individual –, elas têm na *política* uma mediação fundamental, que tanto freia quanto estimula seu trabalho. É estímulo quando relacionada à política em sentido amplo – de participação cidadã e fortalecimento do associativismo civil local –, mas é freio quando vinculada à disputa político-partidária no município.

A mediação política como condicionante do trabalho das rádios comunitárias suscita interrogações que podem ser aprofun-

dadas em pesquisas posteriores. É possível e adequado o uso do conceito *comunitária* para designar esse tipo de rádio se a realidade mostra que existe uma tendência à estigmatização partidária destas emissoras? Outra tendência, a de concertação na relação entre rádios e poder público, mesmo em emissoras cujos fundadores e/ou gestores têm trajetória de militância político-partidária, é fruto do surgimento de uma nova concepção de ação política, onde as filiações e identidades partidárias e ideológicas são mais flexíveis, ou é estratégia de sobrevivência das rádios comunitárias, na qual está presente também o risco de cooptação do projeto?

Cicília Peruzzo (1999) já havia identificado algo que também confirmamos em nossa pesquisa, isto é, o quanto a comunicação comunitária praticada hoje difere da comunicação popular-alternativa dos anos 1970-1980, ainda que venham de lá suas raízes e tradição. Muda um pouco o enfoque, os conteúdos tratados e também os aliados ou organizações que lhes dão sustentação. Mais do que contestação e confrontação sistemática ao *status quo* e ao Estado, as organizações articuladas em torno às emissoras comunitárias mostram uma atitude muito mais de concertação e de diálogo com outras organizações da sociedade civil e desta com o poder público. As emissoras comunitárias não são, hoje, apenas meio de comunicação e espaço de mediação dos chamados setores populares, oprimidos, mas ampliam seu público (receptor e produtor) para outros setores da sociedade civil e incorporam uma diversidade de reivindicações e demandas.

Ainda no que se refere às mediações, nossa pesquisa mostra que a *economia* não apenas estimula como também freia o trabalho das rádios. É freio pelas limitações de financiamento que levam algumas emissoras a uma maior dependência do poder público local, com o conseqüente risco de condicionamento de conteúdos. Mas é estímulo na medida em que tem ajudado a impulsionar experiências econômicas alternativas e permitido o acesso dos pequenos e médios negócios a uma publicidade mais barata do que a das emissoras comerciais.

Por último, mas não menos importante, a *afirmação de identidades* também media o trabalho da rádio, menos no impulso inicial de

criação da emissora e mais na programação, principalmente naquelas emissoras *comunitárias* que têm conseguido diversificar os conteúdos. Essas rádios têm sido o principal ou único espaço de divulgação da música produzida na região e de resgate e expressão da memória histórico-cultural do município. Mas o ponto-comum na maioria das rádios de baixa potência, inclusive as não comunitárias, é a presença da dimensão religiosa, seja da participação de igrejas na fundação das emissoras, na gestão ou, mais freqüente ainda, nos espaços da programação. A mediação da religiosidade nessas rádios pode ser importante tema para uma pesquisa na área de sociologia das religiões.

Que possibilidades e limites existem para o uso do radialismo comunitário em educação?

A proliferação das emissoras de baixa potência em diversos municípios de Santa Catarina e do Brasil relaciona-se, como já vimos, à globalização - um processo dialético que tanto permite os ajustes do capital internacional quanto as lutas contra-hegemônicas e a afirmação de identidades locais. Relaciona-se também à tendência de concentração e de privatização, inclusive da comunicação, e às lutas pela democratização e por cidadania. A expansão dessas rádios abre, portanto, um campo de possibilidades para que sejam utilizadas e apropriadas com fins educativos no âmbito dos movimentos sociais e das escolas. Mas a concretização dessas possibilidades depende da superação de uma série de fatores - não apenas locais - que hoje limitam o papel educativo que podem desempenhar. A Lei Brasileira de Radiodifusão Comunitária inclui as atividades educativas como uma das finalidades da programação dessas rádios, mas as experiências mostram que apenas uma minoria delas tem conseguido atingir esse fim, por conta também de limitações da própria legislação e da política pública praticada pelo Estado nesse setor: os limites para o financiamento; a prioridade para a fiscalização do espectro e não do cumprimento das finalidades dessas emissoras e de suas programações; morosidade na autorização das rádios; falta de mecanismos que evitem a concessão de rádios a organizações que representam apenas interesses particulares etc.

O uso das emissoras de baixa potência em processos educativos, portanto, depende também do aperfeiçoamento da legislação e de outras iniciativas de política pública para: a) Garantia de melhores condições para que as rádios possam cumprir as finalidades previstas na própria lei, como as educativas. É o caso do financiamento e da formação dos (as) programadores (as), por exemplo, que retomaremos mais adiante. b) Criação de mecanismos que assegurem a destinação de outorgas a organizações e instituições da sociedade civil com proposta clara de uso da rádio em projetos formativos e plurais, assegurando formas de acompanhamento regular da programação. Neste caso, uma alternativa poderia ser a criação de comissões estaduais ou regionais, compostas por representantes do Estado e da sociedade civil, capaz de debater e subsidiar o Ministério das Comunicações na concessão das autorizações e no acompanhamento da programação das emissoras. Outra possibilidade é a inclusão das rádios comunitárias na pauta de debates dos conselhos municipais de educação e/ou de cultura. Neste sentido, vale mencionar a quase ausência das escolas no uso das rádios comunitárias como espaço de educação *para* e *com* as mídias e a tendência a reduzirem sua participação a esporádicos avisos e divulgação de atividades, mesmo em municípios onde os gestores das emissoras animam as escolas e Secretarias de Educação a produzirem um programa próprio. Essa distância das escolas tem restringido o papel que a rádio pode desempenhar no âmbito das práticas pedagógicas escolares.

A pesquisa qualitativa mostra um outro obstáculo, cuja superação é condição *sine qua non* para potencializar o uso das rádios comunitárias em processos educativos: a tendência, presente na cultura política brasileira, de redução da política à *política partidária*. Esse reducionismo tem impedido muitas emissoras, inclusive *comunitárias*, de tematizar problemas do município, por medo de provocarem conflitos – inerentes aos processos de negociação, diálogo e construção de consenso – e/ou de estimularem lutas entre partidos ou grupos políticos. A rádio acaba perdendo seu potencial de instrumento de debate, multiplicação de informações, conhecimentos, educação e de estímulo à participação política, requisitos fundamentais na formação para a cidadania.

Outro fator limitante é a dificuldade de organização e estruturação de associação estadual – e nacional – representativa dessas rádios, com capacidade de incidir na política pública do setor, acompanhar, orientar e capacitar essas emissoras. A completa ausência de projetos de formação para programadores na grande maioria das emissoras, seja por iniciativa própria, da organização estadual das rádios ou do Estado brasileiro, é um dos principais obstáculos para o avanço na programação. Iniciativas que visem a busca da qualidade e diversidade nos conteúdos é fator-chave para entender o que se pretende e qual o papel dessas emissoras na sociedade: se é somente garantir uma relativa democratização do acesso ao meio e os aprendizados que esta etapa tem permitido – o *aprendizado interno* – ou se é avançar para um outro estágio no qual essas emissoras possam efetivamente contribuir na divulgação de conteúdos diversos e na criação de espaços de debates para a formação de cidadania – o *aprendizado externo*.

O problema da falta de iniciativas em formação nos leva a indagar sobre uma possível ambigüidade em torno de *quem* pode investir na formação e qualificação das pessoas que estão à frente das programações das emissoras: se as organizações da sociedade civil aglutinadas em torno das rádios, cujas limitações são, especialmente, financeiras, ou se o Estado, o que geraria um debate em torno à autonomia ou não das emissoras.

Se concordamos com Gramsci (1991) e entendemos que a sociedade civil possui uma dimensão privada, mas também pública/estatal, ou seja, a sociedade civil também é Estado, podemos pensar então que o *público* – no sentido daquilo que é direito de todos – também está presente na sociedade civil. Ou seja, uma rádio comunitária é uma organização da sociedade civil e, portanto, possui uma dimensão privada, pois está ligada a associações civis privadas, mas possui ainda uma dimensão pública e estatal, na medida em que o Estado legisla sobre essas emissoras e que estas se inserem em um contexto de lutas por direitos, pelo que é *público* e de todos. Assim, não haveria obstáculos para que as rádios comunitárias pudessem também ter acesso a recursos públicos. O problema é que, até o momento, o Estado brasileiro não tem tomado iniciativas neste sen-

tido. Ao contrário, a normativa jurídica vigente restringe as possibilidades de sustentação e de atuação dessas emissoras ao mesmo tempo em que protege abertamente as comerciais, que operam segundo a lógica do lucro e dos interesses privados.

O tema da formação nas rádios comunitárias – das pessoas que atuam nas emissoras e do público que as escuta – remete, portanto, às próprias contradições da democracia capitalista: democratiza e permite o acesso, mas dificulta o funcionamento e a sustentação econômica, para mostrar a lógica privada como a única possível e viável. Permanece, então, a longa distância entre a democratização da propriedade e do acesso à técnica e a efetiva democratização da comunicação, no sentido da produção e circulação de conteúdos diversos, plurais e com potencial de formação da cidadania.

Se terminamos esse trabalho confirmando nossa tese sobre as limitações atuais das rádios comunitárias para a formação da cidadania por meio da programação, dados os obstáculos e conjunturas estudadas, a descoberta de que há emissoras, embora minoritárias, realizando esse trabalho alimenta a convicção sobre as possibilidades do uso do radialismo comunitário em processos educativos. Reafirma, portanto, a convicção sobre o potencial de emancipação da comunicação.

Referências

BARBETTA, Pedro Alberto. **Estatística aplicada às Ciências Sociais**. 5. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2003

BELLONI, Maria Luiza. A espetacularização da política e a educação para a cidadania. **Revista Perspectiva**, n. 24, Florianópolis, CED/UFSC - jul.- dez. 1995, p. 23-39.

_____. Mídia-educação ou comunicação educacional? Campo novo de teoria e de prática. In: **A formação na sociedade do espetáculo**. São Paulo: Loyola, 2002.
BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. 33. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

CAMACHO AZURDUY, Carlos. **Las radios populares en la construcción de ciudadanía: enseñanzas de la experiencia de ERBOL en Bolivia**. La Paz: Editora da Universidad Simon Bolívar (UASB), 2001.

CÔGO, Denise. **No ar... uma rádio comunitária**. São Paulo: Paulinas, 1998.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação**. 11. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

_____. **A pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GEERTS, Andrés; VAN OEYEN, Victor. **La radio popular frente al nuevo siglo: estudio de vigencia e incidência**. Quito: ALER, 2001.

GENTILI, Pablo. Dez questões e uma história sobre a educação e os movimentos sociais na virada do Século. **Jornal A Página da Educação**, n. 78, mar. 1999. Disponível em < www.a-pagina-da-educacao.pt/arquivo >. Acessado em maio de 2003.

GRAMSCI, Antonio. Notas esparsas. In: **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno**. 8. ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991, p. 141-156.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 8. ed., Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

KAPLÚN, Mario. **El comunicador popular**. Buenos Aires: Lúmen-Hvmanitas, 1996.

_____. **Procesos educativos y canales de comunicación**. **Chasqui**, n. 64, Quito, 1998.

MARTÍN-BARBERO, Jesus. **Dos meios às mediações: cultura, comunicação e hegemonia**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

_____. **Comunicacion popular y los modelos transnacionales**. **Chasqui**, n. 8, Quito, 1983.

_____. **Medios y culturas en el espacio latinoamericano**. **Revista de Cultura Pensar Iberoamérica - OEI**. N. 5, ene./abr. 2004. Disponível em < www.campus-oei.org/pensariberoamerica/ric05a01.htm >. Acesso em 27 jan. 2004.

MEDITSCH, Eduardo. **O rádio na era da informação: teoria e técnica do novo radiojornalismo**. Florianópolis: Insular/UFSC, 2001.

_____. **Meias verdades que continuamos ensinando sobre radiojornalismo na era eletrônica**. **Congresso da INTERCOM**. Anais..., Salvador, 2002.

MEKSENAS, Paulo. Cidadania, poder e comunicação. São Paulo: Cortez, 2002.

OLIVEIRA, Francisco. O que é a formação para a cidadania? **Entrevista**. Disponível em < www.abong.org >, 2001. Acessado em set. 2004.

PERUZZO, Círcia M. Krohling. **Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania**. 2. ed., Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. Medios de comunicación comunitarios. **Fundación Centro Gumilla**, Venezuela, 1999. Disponível em < www.gumilla.org.ve >. Acessado em dez. de 2003.

RONCAGLIOLO, Rafael. De las políticas de comunicación a la incomunicación de la política. **Nueva Sociedad**, n. 140. Caracas. 1995.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **La globalización del derecho: los nuevos caminos de la regulación y la emancipación**. Bogotá: Universidad Nacional de Colômbia, 1998.

SILVA, Maria Terezinha da. **Gestão e Mediações nas rádios comunitárias de Santa Catarina: limites e possibilidades educativas**. Dissertação (Mestrado), UFSC, Florianópolis, 2005.

SOARES, Ismar de Oliveira. A comunicação no espaço educativo: possibilidades e limites de um novo campo profissional. In: SILVA FILHO, João Josué; BELLONI, Maria Luiza. **Revista Perspectiva**, Educação e Comunicação, n. 24, jul.-dez.1995, NUP/CED/UFSC, p 11-22.